

A Criança e o Adolescente no foco das Políticas Públicas

Nome:

Contato:

Saderno de Mapeamento

# A Criança e o Adolescente no foco das Políticas Públicas

CADERNO DE MAPEAMENTO

#### Publicação

**Realização:** Oficina de Imagens, por meio do Programa Novas Alianças, com apoio da Fundação Vale e do Instituto C&A.

Presidente da Oficina de Imagens: Márcia Maria Cruz.

**Comitê Gestor da Oficina de Imagens:** Adriano Guerra (secretário executivo), Alcione Rezende, Bruno Vilela, Eliziane Lara, Karla Nunes e Paula Kimo.

**Programa Novas Alianças:** aliança estratégica entre ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, Fundação AVINA, Fundação Vale, Instituto Ágora em Defesa do Eleitor e da Democracia, Instituto C&A e Oficina de Imagens.

Coordenação: Karla Nunes.

**Equipe técnica:** Simone Guabiroba e Giovanna Borges.

Comunicação: Carolina Silveira, Eliziane Lara e Sâmia Bechelane.

#### "A criança e o adolescente no foco das políticas públicas"

Pesquisa e redação: Carolina Silveira.

Colaboração: Carlos Jáuregui, Giovanna Borges, Sâmia Bechelane e Simone

Guabiroba.

Revisão: Camila Reis.

**Projeto gráfico e diagramação:** André Nóbrega.

**Tiragem:** 2.000 exemplares. **Impressão:** Gráfica do Oriente

#### Belo Horizonte, setembro de 2010.

É permitida a reprodução parcial ou total do conteúdo desta publicação, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica (catalogação-na-publicação)

C946 A criança e o adolescente no foco das políticas públicas: caderno de mapeamento / pesquisa e redação de Carolina Silveira.-- Belo

Horizonte: Oficina de Imagens, 2010.

108 p.; il.; color.

Apoio da Fundação Vale e do Instituto C&A.

ISBN: 978-85-00000-00

1. Criança e adolescente. 2. Políticas públicas. I. Programa Novas Alianças.

CDU: 362.7(81)

#### Colaboradores para a revisão de conteúdo

**Dinéia Domingues** - Núcleo Educativo da Pró-Reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, representante da Universidade no Fórum Mineiro de Educação Infantil.

**Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey -** Coordenadora do Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente (Fectipa), psicóloga com especialização em Elaboração, Acompanhamento e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas.

**Elizabeth Gomes Vieira** - Psicóloga, membro da Coordenação Colegiada do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência, Exploração e Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes.

**Janete Aparecida Giorgetti Valente -** Assistente Social e assessora da Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Prefeitura Municipal de Campinas, mestre e doutoranda em Serviço Social, membro do Grupo de Trabalho Nacional Pró-convivência Familiar e Comunitária.

Mara Rúbia de Souza Albano Felix - Assistente Social, especialista em Análise Urbana pela escola de Arquitetura da UFMG, especialista em Gerência de Assistência Social pela Escola de Governo — Fundação João Pinheiro, mestranda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, professora da Escola de Serviço Social da Universidade Presidente Antônio Carlos — UNIPAC/BETIM.

**Paula Kimo -** coordenadora da área de Educomunicação da Oficina de Imagens. Graduada em Comunicação Social pela PUC-Minas e pós-graduada em Imagens e Culturas Midiáticas pela UFMG.

**Selmara Mamede S. Ferreira** - Psicóloga, analista do Ministério Público de Minas Gerais.

#### Oficina de Imagens - Comunicação e Educação

Rua Salinas, 1101 - bairro Santa Tereza, Belo Horizonte - Minas Gerais CEP: 31015-365 / Telefones: (31) 3465-6800 - (31) 3465-6806 novasaliancas@oficinadeimagens.org.br www.oficinadeimagens.org.br www.novasaliancas.blogspot.com

# SUMÁRIO

Apresentação	05
Novas Alianças	06
Por onde começar	08
Do mapeamento à ação	14
Conselho Tutelar	18
Vida, saúde e alimentação	26
Educação, cultura, esporte e lazer	42
Profissionalização e proteção ao trabalho	64
Prevenção e atendimento à violência	70
Violência, abuso e exploração sexual	76
Trabalho infantil	82
Medidas socioeducativas	88
Convivência familiar e comunitária	96
Documentos consultados	106

## Caros (as) leitores (as),

Saber como vive a população de 0 a 18 anos é o primeiro passo para toda ação que busca garantir os direitos de crianças e adolescentes. A estrutura das escolas é suficiente? São realizadas ações educativas na área de saúde? Há casos de trabalho infantil? Como são atendidos os meninos e meninas vítimas de violência sexual? O levantamento de informações como essas é a base para a construção de ações capazes de contribuir efetivamente para a mudança das realidades.

Este material foi elaborado pelo Programa Novas Alianças com o objetivo de apoiá-lo nessa caminhada. Trazemos um roteiro de perguntas sobre as condições de vida de crianças e adolescentes, elaboradas a partir dos direitos previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Constituição Federal e por outras leis, normas e convenções na área. Contamos, para isso, com a fundamental contribuição de parceiros do Programa Novas Alianças.

Também procuramos, com este material, apontar as responsabilidades dos municípios, dos estados e da União no financiamento das ações. Afinal, também é preciso saber o papel de cada um na implementação das políticas. Esse conhecimento torna as reivindicações mais assertivas e, assim, com maior potencial para levarem às mudanças desejadas. Além disso, deixa evidente a importância do trabalho articulado entre atores das três esferas. Queremos mostrar que por meio do diálogo com pessoas, órgãos e entidades do nosso dia-a-dia podemos construir um mapa da realidade capaz de indicar as áreas e políticas que demandam atenção.

Esperamos que este material promova articulações e aguçe os olhares sobre as realidades de meninos e meninas.

Um forte abraço, Adriano Guerra Secretário Executivo da Oficina de Imagens

# **NOVAS ALIANÇAS**

Programa Novas Alianças é uma articulação dedicada a favorecer o desenvolvimento da capacidade da sociedade civil e dos conselhos de gestão pública de incidir, monitorar e avaliar o orçamento público e de construir alianças no poder legislativo e nos meios de comunicação para a efetiva implementação dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Programa acredita que a prioridade absoluta para crianças e adolescentes, como definida pela Constituição Federal, só será efetiva se estiver refletida nos orçamentos públicos. E aposta no papel fundamental dos conselhos e da sociedade civil na garrantia desses investimentos.

A atuação do Programa em seus primeiros anos foi voltada para a formação de conselheiros de políticas públicas e conselheiros tutelares nos temas orçamento público, processos legislativos e comunicação. Essa trajetória revelou a importância de que o debate sobre o orçamento estivesse sempre acompanhado da discussão sobre as próprias políticas públicas. Vimos, ainda, que é fundamental estimular os conselhos e movimentos sociais a buscarem informações sobre as condições de vida de crianças e adolescentes, de forma a subsidiar as reivindicações orçamentárias. É com base nessa preocupação que procuramos contribuir, com este material, para a realização de um mapeamento da realidade.

O Novas Alianças é coordenado pela Oficina de Imagens, em aliança estratégica com a ANDI (Agência de Notícias dos Direitos da Infância), a Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, a Fundação AVINA, a Fundação Vale, o Instituto Ágora em Defesa do Eleitor e da Democracia e o Instituto C&A. Conta ainda com o apoio da Comissão de Participação Popular e da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Minas Gerais, ambos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude do Ministério Público de Minas Gerais.

#### **BOAS-VINDAS**

É com grande satisfação que apresento este Caderno de Mapeamento, instrumento que operará como verdadeira lente de aumento para enxergarmos com maior clareza a situação das políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente no Brasil.

Mas fazer um mapeamento é mais do que constatar fatos, é uma experiência que nos convida a pensar estratégias, identificar atores, encontrar aliados, refletir, perguntar, ouvir e articular as peças de uma complexa engrenagem, que neste caso é o Sistema de Garantia dos Direitos.

Mapear nos proporciona conhecimento e, portanto, iluminação sobre como e por onde seguir para realizar as mudanças necessárias. E é no desenho das políticas públicas que as mudanças nascem. Está aí a diferença que podemos fazer de posse de um instrumento como este, capaz de gerar impacto positivo na condição da criança e do adolescente.

Desde 2009, o Programa Novas Alianças integra a rede de parceiros do programa Redes e Alianças do Instituto C&A. O apoio se inscreve no propósito abraçado pelo Instituto C&A de promover a cooperação, a convergência e a multiplicação de esforços entre organizações e pessoas, de modo a contribuir para a garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.

Empreendida em articulação com outros atores, esta iniciativa do Programa Novas Alianças reforça nossa compreensão sobre o potencial das dinâmicas de conectividade e seu poder de incidência política. Agora, pactuamos, com o conjunto de aliados do Novas Alianças, no sentido de materializar a distribuição e implementação deste instrumento. Que ele se realize plenamente como forma de apontar caminhos e soluções no campo de trabalho a que se destina!

Paulo Castro Diretor presidente do Instituto C&A

# POR ONDE COMEÇAR

primeira etapa é a formação de um grupo de trabalho, que deverá ter à frente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sugerimos a participação de:

8

- Conselho Tutelar.
- Conselho Municipal de Assistência Social.
- Conselho Municipal de Educação.
- Conselho Municipal de Saúde.
- Conselho Municipal de Cultura.
- Conselho Municipal de Juventude.
- Representação de adolescentes.
- Outros conselhos afins à área da infância e da adolescência.
- Lideranças comunitárias.

## Como mapear

Para cada tema apresentado, indicamos um conjunto de informações a serem mapeadas. Um ponto de partida importante é procurar conhecer os planos de ação dos vários conselhos. É interessante ver como a infância e a adolescência aparecem, por exemplo, no plano de ação do Conselho de Assistência Social, da Saúde e da Educação. Além disso, para cada tema, o grupo deve definir a forma mais adequada de buscar as informações, indicando os locais a serem visitados e as pessoas a serem entrevistadas.

#### **DIREITO**

Destacamos que o acompanhamento dessas informações é um direito e um dever dos conselhos de políticas públicas.

Ao realizar esse mapeamento, é sempre importante estar atento aos locais em que há demanda para a oferta de serviços ou a ocorrência de violações de direitos. Mesmo dentro dos municípios há realidades diferentes. A informação regionalizada ajuda a propor ações direcionadas às áreas mais vulneráveis.

# Algumas estratégias

- Visitas às instituições.
- Realização de entrevistas.
- Pesquisa de levantamentos e diagnósticos já realizados no município por programas e ações sociais, universidades e pelos próprios gestores públicos.
- Consulta a documentos e relatórios dos municípios. É comum que as prefeituras tenham que realizar estudos e levantamentos para receberem recursos do Governo Federal. Para isso, é possível procurar os gestores das secretarias ou de programas como o Bolsa Família (da Assistência Social).
- Pesquisas na Internet.

A			~	
Ar	101			20
-	IUI	u	-01	-
		7	•	

Indicar outras estratégias que podem ser utilizadas.				

# **GRUPO DE TRABALHO**

ara a realização do levantamento, sugerimos que seja escolhido um responsável para articular o trabalho em cada área indicada ao lado. Ele poderá contar com a ajuda de outras pessoas, mas é importante que haja uma referência para organizar os esforços.


Área do levantamento	Responsável
Conselho Tutelar	
Saúde - criança e adolescente	
Saúde - gestante	
Saúde - meio ambiente	
Educação - educação infantil	
Educação - ensino fundamental	
Cultura, esporte e lazer	
Profissionalização	
Prevenção e atendimento à violência	
Violência, abuso e exploração sexual	
Trabalho infantil	
Medidas socioeducativas	
Convivência familiar e comunitária	

## **CARTA MODELO**

A carta ao lado serve de modelo para um ofício do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), apresentando a iniciativa do mapeamento e explicando a importância da contribuição de todos nesse trabalho. Uma carta como essa pode ajudar os pesquisadores no processo de coleta das informações. Para que tenha mais legitimidade, sugerimos que a carta seja assinada pelo presidente do CMDCA.

# Anotações

Quais informações precisam ser acrescentadas ou modificadas? É importante						
destacar as parcerias locais. Se a atividade estiver relacionada com um Progr ma, como o Novas Alianças, indiquem também essa relação. A carta ao lado						

Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de nossas crianças e adolescentes, solicitamos sua contribuição para uma atividade de fundamental importância. Queremos conhecer melhor a realidade da infância e da adolescência em nosso município, e para diagnosticar os desafios nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, dentre outros, o Conselho precisa da colaboração daqueles que atuam em cada um desses eixos.

Destacamos que esse mapeamento será o ponto de partida para a construção de um plano de ação voltado à garantia dos direitos de meninos e meninas, por isso, a contribuição de todos é tão importante.

Vale lembrar que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) tem por objetivo deliberar, formular, monitorar e avaliar as políticas públicas municipais voltadas a crianças e adolescentes. Assim, para a realização de suas atribuições, os membros do CMDCA devem buscar conhecer profundamente a situação de todos os meninos e meninas que vivem em nosso município.

Dessa forma, solicitamos o seu apoio no levantamento das informações necessárias à continuidade dos trabalhos. Os dados coletados serão utilizados de forma propositiva, para pensar ações que ajudem a garantir a efetiva implementação dos direitos de nossas crianças e adolescentes.

Desde já agradecemos.

Atenciosamente,

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

# DO MAPEAMENTO À AÇÃO

coleta de dados é apenas uma das etapas do mapeamento da realidade da infância e da adolescência no município. Após a reunião de todas essas informações, é fundamental organizar e analisar os dados.

Desse modo, a pesquisa realizada pode dar suporte para as ações dos conselhos, dos gestores, legisladores e de vários outros atores envolvidos na garantia dos direitos de meninos e meninas em seu município.

O primeiro passo é reunir os dados. Se a coleta tiver sido feita por pessoas diferentes, é importante agregar todos os formulários. O ideal é organizar um documento único, como um relatório. Ele pode ser dividido de acordo com as seções da cartilha.

## Avaliação

Sugerimos que após o levantamento, o grupo de trabalho se reúna para debater os desafios encontrados. Para cada área mapeada, procurem destacar os principais problemas, fazendo uma lista de prioridades. Exemplo: em educação, 1) Falta de vagas nas creches / 2) Desinteresse dos alunos / 3) Violência nas salas de aula.

Para cada problema identificado, apontem uma estratégia de mobilização. Para o problema da falta de vagas nas creches, por exemplo, pode ser importante sensibilizar os gestores para a importância dessa política pública.

## Compartilhamento

Os resultados merecem ser compartilhados com toda a comunidade e, em especial, com os atores envolvidos diretamente na garantia dos direitos de meninas e meninos. Aconselhamos que cada uma das secretarias municipais receba o relatório, com destaque para sua área de competência. Outros órgãos também devem ter acesso ao documento: as escolas, o Conselho Tutelar, os outros conselhos de políticas públicas, entidades e órgãos de atendimento, organizações da sociedade civil, dentre outros. O diálogo com

O recurso a técnicas de comunicação também pode fornecer ajuda valiosa: o próprio conselho está apto a produzir materiais de comunicação que deem publicidade aos resultados. Pode ser um jornal mural, uma peça de rádio, um folheto, dentre outros. Além disso, o CMDCA pode e deve procurar as rádios locais, os jornais de bairro e as emissoras de televisão, caso existam na cidade, levando os materiais de comunicação produzidos, ou mesmo conversando diretamente com os responsáveis.

a Câmara Municipal é muito importante: qualquer vereador pode convocar uma audiência pública para apresentação dos resultados obtidos pelo mapeamento, bem como mobilizar atores estratégicos do município para participarem.

## **Conselhos**

O mapeamento da realidade da infância e adolescência no município, sistematizado em um relatório, é uma ótima ferramenta para auxiliar e subsidiar os planos de ação e aplicação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a cada ano. Essas informações também podem subsidiar as ações dos diversos conselhos. O ideal é que o diálogo esteja sempre presente, afinal crianças e adolescentes devem ter a atenção prioritária das diversas áreas.

Anotações 16

Anotações					
		<u> </u>			

#### CONSELHO TUTELAR

Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Assim estabelece o Artigo 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente. De acordo com o Estatuto, os municípios são obrigados a criar, instalar e ter em funcionamento pelo menos um Conselho Tutelar, formado por cinco pessoas. É papel do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar as eleições e, dessa forma, garantir a existência desse importante órgão.

Mas como devem funcionar os Conselhos Tutelares? Qual a estrutura necessária? Essas e outras questões são respondidas pela Resolução de número 75, de 2001, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Essa resolução especifica os parâmetros de criação e manutenção dos Conselhos Tutelares.

De acordo com essa resolução, a lei orçamentária municipal deverá prever recursos para o custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com subsídios e capacitação dos conselheiros, aquisição dos equipamentos necessários, manutenção de imóvel, material de consumo e outras despesas. O Conanda recomenda a criação de um Conselho Tutelar a cada 200 mil habitantes. Recomenda ainda que a função seja remunerada e em um patamar razoável.

#### **Importância**

O Conselho Tutelar é uma estrutura inovadora, pois envolve a comunidade de forma decisiva na defesa dos direitos de meninos e meninas. Essa estrutura é a porta de entrada dos inúmeros casos de violação. Justamente por isso, os conselheiros tutelares devem estar sempre atualizados sobre as discussões e resoluções da área, além de contribuir, por meio do registro e compartilhamento dos dados, para a definição das estratégias de todas as instituições envolvidas na garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

## **SAIBA MAIS**

Para conhecer as recomendações do Conanda, acesse o site da Presidência da República (www.presidencia.gov.br). No espaço "Estrutura da Presidência", selecione "Secretaria de Direitos Humanos". Na lista de opções que aparece no canto esquerdo, clique em "Conselhos" e depois selecione "Conanda". Na lista que se abrirá na parte de cima, clique em "Resoluções".

Anotações					

# O QUE MAPEAR

	n (	) Não	Quantos?
Quanto	s cor	nselheiros	tutelares atuam no Conselho?
Como s	ão es	scolhidos	os conselheiros tutelares?
-			
Qual a	esco	laridade d	dos conselheiros? Indique o número correspond
para ca	da co	onselheiro	:
•			
(1)Fu incomp	ndan leto	nental inc	ompleto   ( 2 ) Fundamental completo   ( 3 ) N
(1) Fu incomp comple	ndan leto   to.	nental inc (4) Médi	ompleto   ( 2 ) Fundamental completo   ( 3 ) N io completo   ( 5 ) Superior incompleto   ( 6 ) Sup
(1) Fu incomp	ndan leto   to.	nental inc (4) Médi	: ompleto   (2) Fundamental completo   (3) A io completo   (5) Superior incompleto   (6) Superior formação superior completa, indique o cu
(1) Fu incomp	ndan leto   to.	nental inc (4) Médi	ompleto   ( 2 ) Fundamental completo   ( 3 ) N io completo   ( 5 ) Superior incompleto   ( 6 ) Sup
(1) Fuincompion complement Quando Nome:	ndan leto   to.	nental inc (4) Médi	ompleto   (2) Fundamental completo   (3) A io completo   (5) Superior incompleto   (6) Sup tiver formação superior completa, indique o cu Escolaridade e curso (se super
(1) Fuincompion complement Quando Nome:	ndan leto   to.	nental inco (4) Médi onselheiro	ompleto   (2) Fundamental completo   (3) Nio completo   (5) Superior incompleto   (6) Superior formação superior completa, indique o cu  Escolaridade e curso (se superior ()
(1) Fuincompion complement Quando Nome:	ndan leto   to.	nental inco (4) Médi onselheiro	ompleto   (2) Fundamental completo   (3) Noio completo   (5) Superior incompleto   (6) Superior formação superior completa, indique o cue Escolaridade e curso (se superior completa)
(1) Fuincompion complement Quando Nome: 1 2 3	ndan leto   to.	nental inco (4) Médi onselheiro	ompleto   ( 2 ) Fundamental completo   ( 3 ) Nio completo   ( 5 ) Superior incompleto   ( 6 ) Superior formação superior completa, indique o cu  Escolaridade e curso (se superior completa, incompleta, indique o cu  ( )

4			
	2	1	

( ) S	im ( )Não
Se não	o, explique por quê:
Qual o	horário de funcionamento do Conselho Tutelar?
Possu	em sistema de plantão?
( )S	im ( )Não
Se sim	, como funciona?
Realiz	am fiscalização de entidades de atendimento?
	am fiscalização de entidades de atendimento?
( )S	
( )S	im ( )Não

Αt	ualizam	o SIPI	A (Sistema de Informação para a Infância e Adolescência)?
(	) Sim	(	) Não
Se	não, qu	ais os	s motivos? Se sim, com que frequência?
_			
Co	omo o Co	onsell	no Tutelar registra os casos atendidos?
_			
_			
Co	omo é rec	alizad	lo o monitoramento dos casos encaminhados?
•		anzaa	o o monitoramento dos casos circaminados.
0	que prec	isario	n melhorar para tornar o atendimento mais eficiente?
_			
_			
_			
_			

Casos	N°/mês	O que é feito? (Como são atendidos? Que encaminhamentos são dados?)
Trabalho infantil		
Abuso sexual		
Exploração sexual		
Abandono da escola		
Uso de drogas		

Agressão contra crianças e adolescentes		
Agressão entre crianças e adolescentes		
Ato infracional		
Outros		

# VIDA, SAÚDE E ALIMENTAÇÃO

criança e o adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas públicas sociais que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência", garante o sétimo artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Governo Federal é o principal financiador da saúde pública no país, mas estados e municípios também devem investir.

Os municípios devem ajudar a financiar, principalmente, as ações e os serviços de atenção básica. Quando não tem condições de ofertar os serviços mais complexos de saúde, ele deve pactuar com os demais municípios de sua região a forma de atendimento integral à população. Essa divisão de responsabilidades é realizada por meio de comissões intergestoras. Por isso, para saber ao certo as ações que são de responsabilidade de seu município, procure o Conselho Municipal de Saúde.

No universo da atenção básica, os municípios precisam garantir a estrutura necessária para o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde. Também devem contratar e remunerar os profissionais que compõem as equipes de Atenção Básica: os agentes do Programa Saúde da Família (PSF), os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e as equipes de saúde bucal. É papel do município, ainda, ajudar a financiar os medicamentos da assistência farmacêutica ligados à atenção básica e desenvolver campanhas de educação.

Na atenção básica, dentre as áreas consideradas estratégicas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), estão a saúde bucal para a população de 0 a 14 anos, a saúde da criança e da mulher. Além disso, a redução da mortalidade infantil também é um dos desafios do Pacto pela Vida, celebrado em 2006. O regulamento do SUS também coloca como uma das ações da Atenção Básica a atenção integral à saúde do adolescente em conflito com a lei. Estabelece ainda o Programa Saúde do Adolescente, voltado à promoção de saúde, de identificação dos grupos de risco, detecção precoce dos agravos e tratamentos adequados e reabilitação.

#### **ONDE PESQUISAR**

- Conselho Municipal de Saúde.
- Secretaria Municipal de Saúde.
- Profissionais envolvidos no atendimento.
- Secretaria de Meio Ambiente.
- Órgãos responsáveis pelas ações de saneamento no município.
- Entidades de defesa do meio ambiente.
- Hospitais.
- Unidades de atendimento de emergência.
- Polícia civil e militar.

# Mortes violentas

As mortes violentas de jovens infringem o direito à vida dessa população. Por isso, é dever do poder público procurar entender as causas dessas mortes e atuar na solução dos problemas. O Governo Federal desenvolve, em parceria com estados e municípios, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Esse programa é voltado para regiões urbanas. Entretanto, qualquer município pode se inspirar nas metodologias do Programa para desenvolver um trabalho próprio. As causas externas, como homicídios e acidentes, são as principais causas de mortes dos jovens brasileiros de 15 a 24 anos.

## Saúde mental

Os municípios devem constituir uma rede de saúde mental de acordo com o porte e a realidade do território. É essa rede que acolhe também os casos de drogadição. O Governo Federal oferece incentivo para implantação dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), mas o município também deve prever em suas leis orçamentárias recursos para cofinanciar as ações.

#### 28

#### Atendimento nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps):

- Caps I e Caps II atendimento diário de adultos, em sua população de abrangência, com transtornos mentais severos e persistentes.
- Caps III atendimento diário e noturno de adultos, durante sete dias da semana, atendendo à população de referência com transtornos mentais severos e persistentes.
- Caps-i atendimento diário de crianças e adolescentes com transtornos mentais.
- Caps-AD atendimento diário à população com transtornos decorrentes do uso e dependência de substâncias psicoativas, como álcool e outras drogas. Esse tipo de Caps possui leitos de repouso com a finalidade exclusiva de tratamento de desintoxicação.

Fonte: Manual do Caps - disponível em http://www.ccs.saude.gov.br/saude\_mental/pdf/SM\_Sus.pdf.

#### Parâmetros para criação dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps):

- Municípios até 20.000 habitantes rede básica com ações de saúde mental.
- Municípios entre 20 a 70.000 habitantes Caps I e rede básica com ações de saúde mental.
- Municípios com mais de 70.000 a 200.000 habitantes Caps II, Caps AD (Álcool e Drogas) e rede básica com ações de saúde mental.
- Municípios com mais de 200.000 habitantes Caps II, Caps III, Caps Álcool e Drogas, Caps-i (Infanto Juvenil), rede básica com ações de saúde mental e capacitação do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).

Fonte: site do Ministério da Saúde.

#### Saneamento básico

Abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Todos esses serviços fazem parte da política de saneamento básico no Brasil. Essas ações podem ser organizadas e ofertadas diretamente pelo município, mas as prefeituras também podem conceder a exploração do serviço às companhias estaduais. Importante lembrar que a qualidade da saúde está diretamente relacionada com as condições ambientais em que vivem os cidadãos.

#### **SAIBA MAIS**

Os municípios e os estados precisam enviar sempre ao Governo Federal dados sobre as ações desenvolvidas em seus territórios. Esses dados podem ser consultados no site www.datasus.gov.br. Na lista de opções que fica no lado esquerdo do site, selecione "Informações de Saúde". Em seguida, na lista que se abrirá, basta selecionar o tema desejado. Para saber mais sobre a área de saúde, acesse www.saude.gov.br.

Anotações				

# Rede de atenção no município

Aponte se existem as equipes de ate a formação dos profissionais que cor palmente, se há pediatra nas equipes	npõem essas equipes (informe,
Programa Saúde da Família (PSF)   Equipe:	( ) Sim ( ) Não
Agentes Comunitários de Saúde   Equipe:	( ) Sim ( ) Não

	-	
	3	
V		

Existem regiões, como a área rural, que não contam com equipes de saúde?
( ) Sim ( ) Não
Se sim, aponte essas áreas:
Há estrutura de atenção aos casos de média e alta complexidade?
( ) Sim ( ) Não
Se não, para onde esses casos são encaminhados?:
São realizados no município exames laboratoriais de rotina?
( ) Sim ( ) Não
Se não, onde são realizados?

# Atenção à saúde da gestante

São atendio	dos os casos mais complicados (gravidez de risco)?
( ) Sim	( ) Não
Se não, par	ra onde são encaminhadas as pacientes?
	acompanhamento nutricional das gestantes?
	acompanhamento nutricional das gestantes?  ( ) Não
( ) Sim	
( ) Sim	( ) Não
( ) Sim	( ) Não ue é realizado?
( ) Sim	( ) Não ue é realizado?
( ) Sim Se sim, o qi	( ) Não ue é realizado?
( ) Sim Se sim, o qu	( ) Não ue é realizado?
( ) Sim Se sim, o qu  As gestante ( ) Sim	( ) Não ue é realizado? es recebem suplementos alimentares?
As gestante ( ) Sim  As gestante	( ) Não  ue é realizado?  es recebem suplementos alimentares?  ( ) Não
As gestante ( ) Sim  As gestante ( ) Sim  As gestante ( ) Sim	( ) Não ue é realizado? es recebem suplementos alimentares? ( ) Não es recebem vacinação antitetânica?
As gestante ( ) Sim As gestante ( ) Sim As gestante ( ) Sim As gestante	( ) Não  ue é realizado?  es recebem suplementos alimentares?  ( ) Não  es recebem vacinação antitetânica?  ( ) Não
As gestante ( ) Sim As gestante ( ) Sim As gestante ( ) Sim As equipes ( ) Sim	( ) Não ue é realizado? es recebem suplementos alimentares? ( ) Não es recebem vacinação antitetânica? ( ) Não de saúde dos municípios realizam partos?

É realizado acompanhamento ao puerpério das gestantes?
( ) Sim ( ) Não
Quantas mortes de gestantes foram registradas no ano anterior (durante a gestação e durante o parto)?
Quantas?
Que causas são as mais apontadas?
Há programas ou ações de prevenção e atenção à gravidez na adolescência?
( ) Sim ( ) Não
Se sim, o que é desenvolvido?
São fornecidos à população medicamentos e métodos anticoncepcionais?
( ) Sim ( ) Não
O que é distribuído?
Onde é feita a distribuição?
São realizadas ações de incentivo ao aleitamento materno?
( ) Sim ( ) Não
O que é realizado?

# Saúde da criança e do adolescente

	diarreia?
	( ) Sim ( ) Não
	Se sim, o que é feito?
24	
34	
	São realizadas atividades educativas para prevenção de problemas odontológicos?
	( ) Sim ( ) Não
	Se sim, o que é feito?
	Crianças e adolescentes têm acesso a atendimento odontológico?
	( ) Sim ( ) Não
	Se não, quantos ficam, em média, sem atendimento?
	Quais as dificuldades para oferecer o atendimento a todas as crianças e adolescentes?
	São feitas ações de prevenção e tratamento à desnutrição de crianças e adolescentes?
	( ) Sim ( ) Não   Toda a demanda é atendida?
	O que é realizado?
	O que e realizado:

3	5	
_	_	

Todas as vacinas do calendário das crianças são oferecidas?
( ) Sim ( ) Não
Todas as vacinas do calendário dos adolescentes são oferecidas?
( ) Sim ( ) Não
Se não, quais vacinas não estão sendo ofertadas?
As campanhas de vacinação alcançam a todas crianças e adolescentes?
( ) Sim ( ) Não
Se não, é realizada busca ativa das crianças e adolescentes faltosos?
São realizadas atividades de prevenção de doenças sexualmente
transmissíveis?
( ) Sim ( ) Não
Se sim, o que é realizado?
Je sim, o que e redizado:
0. [.]
Os adolescentes têm acesso a métodos anticoncepcionais?  Adolescentes masculinos ( ) Sim ( ) Não
Adolescentes femininas ( ) Sim ( ) Não
Os adolescentes recebem orientação médica sobre sexualidade?
Adolescentes masculinos ( ) Sim ( ) Não
Adolescentes femininos ( ) Sim ( ) Não
Como esse trabalho é realizado?

# Atenção aos direitos violados

Há registro no município de crianças usuárias de álcool?
( ) Sim ( ) Não
Há registro no município de crianças usuárias de drogas?
( ) Sim ( ) Não
Há registro no município de adolescentes usuários de álcool?
( ) Sim ( ) Não
Há registro no município de adolescentes usuários de drogas?
( ) Sim ( ) Não
É oferecido atendimento médico ou psicológico a essas crianças e adoles-
centes?
( ) Sim ( ) Não
Se sim, como é realizado o atendimento?
Quando uma criança ou adolescente é vítima de violência, como é feito o
atendimento médico?
Existe um hospital de referência para atendimento de vítimas de violência
sexual?
( ) Sim ( ) Não. Se sim, indique qual:
Se não, como é feito o atendimento:

37	)

Crianças e adolescentes vítimas de violência recebem atendimento psico- lógico?
( ) Sim ( ) Não Onde os atendimentos são realizados?
Os profissionais da saúde encaminham denúncias de maus tratos?
No último ano, quantas crianças e adolescentes foram vítimas de mortes violentas?   Quais as principais causas dessas mortes?
Há programas de prevenção a acidentes?
( ) Sim ( ) Não
O que é realizado?
Há programas de prevenção à violência?
( ) Sim ( ) Não
O que é realizado?

# Condições ambientais

_	
Сс	om que frequência a coleta é realizada?
Α	coleta atende a todo o município?
(	) Sim ( ) Não
Se	não, quais regiões ficam sem coleta?
Ér	realizada coleta seletiva?
(	) Sim ( ) Não
Or	nde é colocado o lixo da cidade?
(	) Lixão
(	) Aterro controlado
(	) Aterro sanitário
(	) Outros. Quais?
Сс	omo é feita a destinação dos resíduos de origem hospitalar?
_	man a mana a a a a managa a a a a managa a a a managa a a a a a a managa a a a a a a a a a a a a a a a a a

20	
39	

Há presença de crianças e adolescentes nas áreas onde é	depositado o lixo?
( ) Sim ( ) Não   Se sim, o que fazem nessas áreas	s?
Existe abastecimento público de água?	
( ) Sim ( ) Não	
A água fornecida à população é tratada?	
( ) Sim ( ) Não	
Se não existe abastecimento público, de onde vem a ág	gua consumida?
Como é a qualidade da água consumida?	
Os esgotos são coletados?	
( ) Sim ( ) Não	
Os esgotos são tratados?	
( ) Sim ( ) Não	
Se o esgoto não é coletado ou não é tratado, onde é de	espejado?

# Anotações 40

Anota	ções		
		<u> </u>	 

# EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho". "Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude". O Estatuto da Criança e do Adolescente garante o direito da população de 0 a 18 anos à educação, cultura, esporte e lazer. Na educação, as ações e responsabilidades dos governos são mais claras. Entretanto, ainda é um desafio apontar a estrutura mínima para a oferta de opções de cultura, esporte e lazer.

## Educação

Compete, com prioridade, aos municípios a oferta da educação infantil e fundamental. A Emenda Constitucional N° 59, de 2009, tornou obrigatória a Educação Básica dos 4 aos 17 anos de idade. Assim, as administrações municipais devem garantir o acesso de toda criança à escola desde a subetapa pré-escolar da Educação Infantil até o Ensino Fundamental. A subetapa creche, da Educação Infantil, não é obrigatória. Entretanto, conforme o Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/2001), é dever do Estado/nação ofertar vagas às crianças de 0 a 3 anos, atendendo à demanda das famílias. A oferta de Ensino Médio é competência do governo estadual.

Em todas as etapas da Educação Básica, os educandos devem ser atendidos por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. O Governo Federal possui linhas de crédito e financiamento para apoiar os municípios na implementação do transporte escolar, sobretudo na zona rural, mas as administrações municipais devem investir recursos próprios.

De acordo com o Ministério da Educação, é dever dos municípios, estado e Governo Federal a oferta de alimentação escolar. O Governo Federal repassa recursos mensalmente com base no número de matrículas informadas no Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), complementando investimentos dos municípios. Outro ponto a ser destacado é a inclusão de crianças, adolescentes e jovens com deficiência. De acordo com a Constituição Federal, artigo 208, é dever do Estado garantir o atendimento escolar às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

### **INVESTIMENTO**

As administrações municipais são obrigadas a investir na educação, no mínimo, 25% de tudo que elas arrecadam. Parte desse investimento é feito por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) da seguinte maneira: 20% do que o município arrecada com alguns impostos e receitas é destinado ao Fundeb. Os outros 5% desses mesmos impostos e receitas devem ser aplicados diretamente pelos municípios. Além disso, há outras fontes de arrecadação que não entram na composição do Fundeb. E dessa forma o município deve investir 25% dessas outras fontes na educação. O importante é entender que o município deve fazer investimentos próprios na educação, para além do que ele recebe do Fundeb.

Acompanhamento - todo município deve instalar um Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb. A legislação não impede que se possam instalar conselhos regionais, com os municípios partilhando monitoramento da política que implementam localmente.

## **Diretrizes**

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei N° 10.712, de 2001, é uma lei de metas que estabelece as diretrizes gerais da política educacional no Brasil para 10 anos e determina que estados e municípios construam seus planos decenais. De acordo com o Plano, até 2006, todas as escolas deveriam contar com iluminação e ventilação adequadas, água potável, rede elétrica, segurança, instalações sanitárias, espaços para esporte e recreação e adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos com deficiência. A Educação Infantil deveria ter sido ampliada de forma a atender, até o final de 2011, a 50% da população de até 3 anos de idade e 80% da população de 4 a 6, esse segmento, com a obrigtoriedade, por meio de oferta pública direta, municipal.

## Esportes, cultura e lazer

O Estatuto da Criança e do Adolescente destaca o papel do município na oferta de opções de esporte, cultura e lazer. Em âmbito nacional, cinco eixos organizam as políticas públicas do Brasil para o esporte: ampliação de infraestrutura; inclusão social; modalidades de alto rendimento; organização do futebol; preparação para grandes eventos. Outras duas frentes de atuação do Ministério são os programas Bolsa Atleta e a Lei de Incentivo ao Esporte.

Em relação à política cultural, o Plano Nacional de Cultura, em tramitação, busca definir o estatuto legal dos direitos culturais. Fica o desafio de realizar um levantamento sobre as políticas e as atividades culturais locais e propor novas ações.

"Os Estados Partes reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias da idade, bem como à livre participação na vida cultural e artística", determina o artigo 31 da Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU). O Plano Nacional pela Primeira Infância, proposto pela Rede Nacional Primeira Infância, traz como um de seus objetivos priorizar o direito ao brincar. Para conhecer a proposta, acesse http://primeirainfancia.org.br/acervo/publicacoes/.

## SAIBA MAIS

**Cultura:** As discussões em torno do Plano Nacional de Cultura podem ser acessadas em www.cultura.gov.br. No menu localizado na parte superior, clique em "Políticas, Programas e Ações".

**Esporte:** acesse portal.esporte.gov.br.

Educação: o Plano Nacional de Educação pode ser acessado no site do Ministério da Educação (www.mec.gov.br). No item "Governo", ao lado esquerdo do site, clique em "Legislação". Acesse também www. conae.mec.gov.br para consultar o documento final da Conferência Nacional de Educação 2010 que abriu o processo para definição do Plano 2011-2020. Para acompanhar a integração da Educação Infantil aos sistemas de ensino, a política de conveniamento, as novas diretrizes curriculares para a etapa escolar e outros documentos afins, à direita do www.mec.gov.br acesse "Secretarias", siga por "SEB" (Secretaria de Educação Básica) e "Educação Infantil".

Para conhecer o montante de recursos recebidos pelos municípios via Fundeb, acesse o site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (www.fnde.gov.br). Na parte esquerda do site, clique em "Fundeb". Na página que se abrirá, clique em "Consultas". A tabela "Matrícula, coeficientes de distribuição de recursos e receita anual prevista" indica o número de matrículas consideradas para cada município. E a tabela "Valor aluno/ano e receita anual prevista" informa os valores por aluno em cada estado e em cada etapa da educação.

# O QUE MAPEAR

# Cultura, esporte e lazer

O ostado d	de convervação desses espaços é adequado? O que precis
melhorado	
memorado	
Há localida	ades em que a população não tem opções de esporte, cult
lazer?	
( ) Sim	( ) Não
Se sim, qu	ais são essas localidades?

As crianças e os adolescentes podem utilizar espaços públicos para cultura, esporte e lazer em qualquer dia e horário e gratuitamente?
Há, nesses espaços, materiais esportivos, instrumentos musicais, equi-
pamentos de informática, dentre outros, para uso das crianças
e adolescentes?
( ) Sim ( ) Não
Se sim, os materiais são suficientes?
( ) Sim ( ) Não
O estado de conservação é adequado?
( ) Sim ( ) Não
O que precisa ser oferecido?

Há parcerias para realização de atividades culturais, de esporte e lazer voltadas para crianças e adolescentes (exemplos: oficinas de teatro, arte, dança, fotografia, hip hop, campeonatos esportivos)? Indique atividades/ programas/ações e entidades responsáveis:

	Responsáveis
•	anifestações culturais do município?
	anifestações culturais do município?
( ) Sim ( ) Não	anifestações culturais do município?
( ) Sim ( ) Não	
( ) Sim ( ) Não	
( ) Sim ( ) Não	
( ) Sim ( ) Não	
( ) Sim ( ) Não Quais são essas ações de ind	centivo?
( ) Sim ( ) Não Quais são essas ações de ind	
( ) Sim ( ) Não Quais são essas ações de ind Há ações de incentivo ao res	centivo?
( ) Sim ( ) Não Quais são essas ações de ind Há ações de incentivo ao res	centivo?
( ) Sim ( ) Não  Quais são essas ações de ind  Há ações de incentivo ao restradições culturais?  ( ) Sim ( ) Não	centivo?
( ) Sim ( ) Não  Quais são essas ações de inc  Há ações de incentivo ao res  tradições culturais?  ( ) Sim ( ) Não	centivo?sgate e à valorização das culturas popul
( ) Sim ( ) Não  Quais são essas ações de ind  Há ações de incentivo ao restradições culturais?  ( ) Sim ( ) Não	centivo?sgate e à valorização das culturas popul

O município possui Ponto de Cultura vinculado ao Ministério da Cultura (política cultural acessível a todos os municípios brasileiros)?
( ) Sim ( ) Não
Se sim, como as crianças e adolescentes participam desse espaço?
O município possui Ponto de Exibição de Audiovisual ou Cineclube vinculado ao Programa Mais Cultura / Ministério da Cultura (política cultural acessível a todos os municípios brasileiros)?
( ) Sim ( ) Não
Se sim, como as crianças e adolescentes participam desse espaço?
O município possui leis de incentivo fiscal para fomento à cultura, ao esporte e ao lazer?
( ) Sim ( ) Não
Há conhecimento de organizações do município que acessam as leis de incentivo fiscal para fomento à cultura em âmbito estadual e federal?
(Exemplo: leis estaduais de incentivo à cultura, lei Rouanet, Fundos de
Cultura).

O QUE MAPEAR

50

Nesta página, fazemos perguntas gerais. As páginas seguintes são modelos que devem ser respondidos por cada escola. Se o seu município tiver respondido ao Plano de Ações Articuladas (PAR), do Ministério da Educação, boa parte desse levantamento já foi feito. Para saber, entre no site do MEC (www.mec.gov.br) e clique na palavra PAR na lista localizada do lado esquerdo.

Há crianças e adolescentes fora da escola infantil, fundamental e média?
Se sim, quais os principais motivos? Indique a etapa da educação em que
a evasão é maior.
O que é desenvolvido para trazer as crianças e adolescentes que estão
fora da escola?
Total da escola.
O manunicípio eference transporte concluy
O município oferece transporte escolar?
( ) Sim ( ) Não
As condições dos veículos são adequadas?
( ) Sim ( ) Não
Se não, aponte os problemas.
Se rido, aportie os problemas.

( ) Sim ( ) Não  Se sim, quais? Por quais motivos?  Há alunos fora da escola por falta de tranporte escolar? ( ) Sim ( ) Não   Se sim, quantos?  As escolas desenvolvem ações para trabalhar com o tema da violênce contra crianças e adolescentes? ( ) Sim ( ) Não  Se sim, quais as ações desenvolvidas?  As escolas municipais desenvolvem atividades de valorização da cultura la ( ) Sim ( ) Não  Se sim, quais atividades são desenvolvidas?  As escolas desenvolvem atividades para lidar com o tema das drogas ( ) Sim ( ) Não  Se sim, quais atividades são desenvolvidas?		es não atendidas pelo transporte escolar?
Há alunos fora da escola por falta de tranporte escolar?  ( ) Sim ( ) Não   Se sim, quantos?	( ) Sim	( ) Não
As escolas desenvolvem ações para trabalhar com o tema da violênce contra crianças e adolescentes?  ( ) Sim ( ) Não Se sim, quais as ações desenvolvidas?  As escolas municipais desenvolvem atividades de valorização da cultura la ( ) Sim ( ) Não Se sim, quais atividades são desenvolvidas?  As escolas desenvolvem atividades para lidar com o tema das drogas ( ) Sim ( ) Não	Se sim, q	uais? Por quais motivos?
As escolas desenvolvem ações para trabalhar com o tema da violênce contra crianças e adolescentes?  ( ) Sim ( ) Não Se sim, quais as ações desenvolvidas?  As escolas municipais desenvolvem atividades de valorização da cultura la ( ) Sim ( ) Não Se sim, quais atividades são desenvolvidas?  As escolas desenvolvem atividades para lidar com o tema das drogas ( ) Sim ( ) Não		
As escolas desenvolvem ações para trabalhar com o tema da violênce contra crianças e adolescentes?  ( ) Sim ( ) Não Se sim, quais as ações desenvolvidas?  As escolas municipais desenvolvem atividades de valorização da cultura la ( ) Sim ( ) Não Se sim, quais atividades são desenvolvidas?  As escolas desenvolvem atividades para lidar com o tema das drogas ( ) Sim ( ) Não		
As escolas desenvolvem ações para trabalhar com o tema da violênce contra crianças e adolescentes?  ( ) Sim ( ) Não Se sim, quais as ações desenvolvidas?  As escolas municipais desenvolvem atividades de valorização da cultura la ( ) Sim ( ) Não Se sim, quais atividades são desenvolvidas?  As escolas desenvolvem atividades para lidar com o tema das drogas ( ) Sim ( ) Não		
As escolas desenvolvem ações para trabalhar com o tema da violênce contra crianças e adolescentes?  ( ) Sim ( ) Não Se sim, quais as ações desenvolvidas?  As escolas municipais desenvolvem atividades de valorização da cultura la ( ) Sim ( ) Não Se sim, quais atividades são desenvolvidas?  As escolas desenvolvem atividades para lidar com o tema das drogas ( ) Sim ( ) Não		
As escolas desenvolvem ações para trabalhar com o tema da violêno contra crianças e adolescentes?  ( ) Sim ( ) Não Se sim, quais as ações desenvolvidas?  As escolas municipais desenvolvem atividades de valorização da cultura la ( ) Sim ( ) Não Se sim, quais atividades são desenvolvidas?  As escolas desenvolvem atividades para lidar com o tema das drogas ( ) Sim ( ) Não	Há alunc	os fora da escola por falta de tranporte escolar?
contra crianças e adolescentes?  ( ) Sim ( ) Não  Se sim, quais as ações desenvolvidas?  As escolas municipais desenvolvem atividades de valorização da cultura la ( ) Sim ( ) Não  Se sim, quais atividades são desenvolvidas?  As escolas desenvolvem atividades para lidar com o tema das drogas ( ) Sim ( ) Não	( ) Sim	( ) Não   Se sim, quantos?
Se sim, quais as ações desenvolvidas?  As escolas municipais desenvolvem atividades de valorização da cultura la ( ) Sim ( ) Não Se sim, quais atividades são desenvolvidas?  As escolas desenvolvem atividades para lidar com o tema das drogas ( ) Sim ( ) Não		
As escolas municipais desenvolvem atividades de valorização da cultura la ( ) Sim ( ) Não Se sim, quais atividades são desenvolvidas?  As escolas desenvolvem atividades para lidar com o tema das drogas ( ) Sim ( ) Não	( ) Sim	( ) Não
( ) Sim ( ) Não Se sim, quais atividades são desenvolvidas?  As escolas desenvolvem atividades para lidar com o tema das drogas ( ) Sim ( ) Não	Se sim, q	uais as ações desenvolvidas?
( ) Sim ( ) Não Se sim, quais atividades são desenvolvidas?  As escolas desenvolvem atividades para lidar com o tema das drogas ( ) Sim ( ) Não		
( ) Sim ( ) Não Se sim, quais atividades são desenvolvidas?  As escolas desenvolvem atividades para lidar com o tema das drogas ( ) Sim ( ) Não		
( ) Sim ( ) Não Se sim, quais atividades são desenvolvidas?  As escolas desenvolvem atividades para lidar com o tema das drogas ( ) Sim ( ) Não		
( ) Sim ( ) Não Se sim, quais atividades são desenvolvidas?  As escolas desenvolvem atividades para lidar com o tema das drogas ( ) Sim ( ) Não		
Se sim, quais atividades são desenvolvidas?  As escolas desenvolvem atividades para lidar com o tema das drogas  ( ) Sim ( ) Não	As escola	s municipais desenvolvem atividades de valorização da cultura lo
As escolas desenvolvem atividades para lidar com o tema das drogas	( ) Sim	( ) Não
( ) Sim ( ) Não	Se sim, q	uais atividades são desenvolvidas?
( ) Sim ( ) Não		
( ) Sim ( ) Não		
( ) Sim ( ) Não		
( ) Sim ( ) Não		
	As escolo	as desenvolvem atividades para lidar com o tema das drogas
Se sim, quais atividades são desenvolvidas?	( ) Sim	( ) Não
	Se sim, q	uais atividades são desenvolvidas?

Anotações		

Há no municípios programas voltados para adolescentes com defasagem
idade-série?
( ) Sim ( ) Não
Se sim, o que é desenvolvido? Quem é responsável pelas ações?
Anotações

# **Ensino Fundamental**

um que	estionário por escola)
( ) Mu	nicipal ( ) Estadual ( ) Conveniada ( ) Particular
Nome	
Localiza	ção
( ) Áre	a rural ( ) Área urbana
Quais a	s séries oferecidas
	( ) Municipal ( ) Estadual ( ) Conveniada ( ) Particular
Quantos	alunos são atendidos?
Qual a i	dade dos alunos?
Qual a d	uantidade média de alunos por turma?
	· ·
Existem	turmas multiseriadas?
( ) Sim	( ) Não   Em quantas escolas?
Oual a c	rigem da água que abastece a escola?
	2
0 1	
Qual o d	estino do esgoto produzido na escola?
<u> </u>	estino do lixo produzido na escola?
Qual o	estino do livo produzido na escola:
Qual o d	estino do fixo produzido na escola:

Atribua nota de 0 a 3 para as condições dos seguintes itens:
(0) Não existe | (1) É totalmente inadequado | (2) Atende, mas precisa melhorar | (3) Adequado. Comente, se preferir:

Equipamento	Nota	Comentário
Salas de aula		
Áreas de lazer		
Espaço para esportes		
Cozinha		
Espaço para refeições		
Despensa		
Sala multimeios		
Banheiros		
Rede elétrica		
Ventilação		
Segurança		
Acesso à internet (alunos)		
Biblioteca		
Laboratório		
Sala de TV		

58

( ) Sim ( ) Não

## Quantos profissionais trabalham na escola? Indique a porcentagem de professores que possuem curso superior: ( ) 100% ( ) De 75% a 100% ( ) De 50% a 75% ( ) De 25% a 50% ( ) Menos de 25% ( )0 A escola conta com: Livros didáticos atualizados ( ) Sim ( ) Não Livros de literatura ( ) Sim ( ) Não Sala multimeios ( ) Sim ( ) Não Vídeos educativos ( ) Sim ( ) Não Materiais de laboratórios ( ) Sim ( ) Não Materiais esportivos ( ) Sim ( ) Não Mapas ( ) Sim ( ) Não Brinquedos ( ) Sim ( ) Não Indique outros desafios em relação aos materiais didáticos e outros insumos ao trabalho pedagógico: A escola está adaptada para receber alunos com deficiência? ( ) Sim ( ) Não Realizam atividades no contraturno das aulas? ( ) Sim ( ) Não Realizam atividades de reforço à aprendizagem dos alunos? ( ) Sim ( ) Não A escola oferece alimentação escolar a todos os alunos?

A alimentação escolar é balanceada? Quem responde pelo balanceamento?
As escolas possuem ou fomentam a criação de espaços de comunicação
e participação de crianças e adolescentes (exemplo: grêmio estudantil,
conselho de estudantes, rádio escolar, jornal escolar)
As escolas fomentam a participação das famílias no acompanhamento
da vida escolar e da comunidade na gestão da escola?
As escolas participam ou desenvolvem alguma ação para aumento do
IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – MEC)?
( and an analysis and an analy
Quais os principais desafias na relação com os alumas?
Quais os principais desafios na relação com os alunos?

## **Ensino Infantil**

(um questionário por escola) Nome: Localização ( ) Área urbana ( ) Área rural Responsabilidade 60 ( ) municipal ( ) comunitária ( ) particular Caso a instituição seja comunitária, ela mantém convênio com a prefeitura? ( ) Sim ( )Não Quantas crianças são atendidas: 0 a 3 anos Tempo integral Tempo parcial 4 a 6 anos Tempo integral Tempo parcial Qual a idade das crianças? Qual a quantidade média de crianças por turma? Existe lista de espera? Quantas crianças aguardam vaga? 0 a 3 \_\_\_ 4 a 6 \_ Qual a origem da água que abastece a escola? Qual o destino do esgoto produzido na escola? Qual o destino do lixo produzido na escola?

Atribua nota de 0 a 3 para as condições dos seguintes itens:
(0) Não existe | (1) É totalmente inadequado | (2) Atende, mas precisa melhorar | (3) Adequado. Comente, se preferir:

Equipamento	Nota	Comentário
Salas por faixa etária		
Áreas ao ar livre		
Espaço para brincar		
Espaço para refeições		
Espaço para soneca		
Cozinha		
Despensa		
Banheiro para adultos		
Banheiro para crianças		
Rede elétrica		
Ventilação		
Segurança		
Acesso internet (crianças)		
Biblioteca		
Sala de vídeo		
Berçário		
Lactário		
Fraldário		
Sala multimeios		

Indique a porcentagem de professores que possuem curso superior: ( ) De 75% a 100% ( ) De 50% a 75% ( ) Menos de 25% ( ) De 25% a 50% ( )0 A escola conta com: Livros didáticos ) Sim ( ) Não Livros infantis ) Sim ( ) Não Brinquedos ) Sim ( ) Não Sala multimeios ) Sim ( ) Não Vídeos educativos ) Sim ( ) Não Indique outros desafios: A escola está adaptada para receber crianças com deficiência? ( ) Não ( ) Sim A escola oferece alimentação escolar a todas as crianças? ) Sim ( )Não A alimentação escolar é balanceada? Quem responde pelo balanceamento?

Quantas profissionais trabalham na escola?

As escolas possuem ou fomentam a criação de espaços de comunicação
e participação das crianças?
A   - f
As escolas fomentam a participação das famílias no acompanhamento
da vida escolar e da comunidade na gestão da escola?
Quais os principais desafios na relação com as crianças?
Quais os principais desafios na relação com as famílias?
Quais os principais desarios na relação com as raminas:

# PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO AO TRABALHO

Estatuto da Criança e do Adolescente assegura o direito à formação técnico-profissional dos adolescentes, o que é essencial para a inserção no mercado de trabalho e para a abertura de novas perspectivas a esses jovens. O Estatuto chama atenção ainda para a importância de que essa formação garanta o acesso e a frequência obrigatória ao ensino regular, caso o adolescente não tenha concluído o ensino médio, e se baseie em atividades compatíveis com o desenvolvimento do adolescente.

A Lei 10.097, de 2000, determina que estabelecimentos de qualquer na-

## SAIBA MAIS

No site do Ministério do Trabalho e Emprego é possível consultar a Lei Nacional da Aprendizagem e o Manual da Aprendizagem. Acesse www.mte.gov.br. Na lista de opções localizada no lado direito, clique em "Emprego e Renda" e, sem seguida, selecione, "Políticas de Juventude". Será aberta uma página que disponibiliza uma série de materiais para consulta.

tureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. Para o Decreto 5.598, de 2005, pode ser aprendiz o maior de 14 anos e menor de 24. Essa obrigatoriedade abre importantes oportunidades aos jovens. Mas é preciso haver no município condições para essa formação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece que "a preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, pode-

rão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional". De acordo com a Lei da Aprendizagem (10.097/2000), os jovens devem ser matriculados prioritariamente nos Serviços Nacionais de Aprendizagem e, na sequência, em escolas técnicas de educação e em entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional e que estejam devidamente registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e no Cadastro Nacional de Aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego.

## **CONDIÇÕES DE TRABALHO**

Importante lembrar que a Constituição Federal proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a pessoas com menos de dezoito anos e a qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze. Além disso, o trabalho do adolescente não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola. (Veja mais na página 82)

## O QUE MAPEAR

66

# Profissionalização e proteção ao trabalho

Existem no município cursos de formação profissional voltados para adolescentes? Se sim, indique: (se houver mais de dois, use as páginas a seguir)

-	_
A	
v	

que: (se houver mais de duas empresas, use as páginas a seguir) Empresa 1 Nome da empresa: \_\_\_ Ramo de atividade da empresa: Atividade dos aprendizes: \_\_\_ Os adolescentes frequentam a escola? ( ) Sim ( ) Não Os adolescentes frequentem curso de aprendizagem? ( ) Sim ( ) Não As atividades na empresa são realizadas durante o dia? ( ) Sim ( ) Não Empresa 2 Nome da empresa: \_\_\_ Ramo de atividade da empresa: Atividade dos aprendizes: \_\_\_\_\_ ( ) Sim ( ) Não Os adolescentes frequentam a escola? Os adolescentes frequentem curso de aprendizagem? ( ) Sim ( ) Não As atividades na empresa são realizadas durante o dia? ( ) Sim ( ) Não Existem no município empresas com porte para empregar aprendizes, mas que ainda não fazem isso? ( ) Sim ( ) Não Em que atividades trabalham os adolescentes do município com idade entre 16 e 18 anos?

Existem no município empresas que empregam aprendizes? Se sim, indi-

Anotações				

# PREVENÇÃO E ATENDIMENTO À VIOLÊNCIA

ilhares de crianças e adolescentes são vítimas todos os dias de uma série de violências, como agressões físicas, psicológicas e a submissão ao trabalho irregular. Geralmente, por trás de uma criança ou adolescente vitimada existe uma família vulnerabilizada e/ou fragilizada. Esse cenário torna fundamental a atuação em duas frentes. De um lado, o fortalecimento das famílias e a prevenção à violência e, de outro, o atendimento aos casos em que os direitos já foram violados. Nas duas frentes, é importante ter em vista que todos os esforços devem ser sempre para a manutenção dos vínculos familiares e comunitários.

Infelizmente, ainda não há um mínimo que os governos devem investir na assistência social, como acontece com as áreas da saúde e da educação, o que exige ainda mais esforço de incidência de nossa parte. O Governo Federal, por meio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cofinancia ações e serviços de proteção social, sendo, também, de responsabilidade tanto dos estados quanto dos municípios, efetivar o aporte financeiro juntamente com a União.

## Fortalecimento das famílias

A Política Nacional de Assistência Social inaugura uma nova dinâmica de atuação ofertando serviços, programas e ações de acordo com o grau de complexidade dos acontecimentos, trabalhando com um conjunto de serviços diferenciados para a Proteção Social Básica e para a Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade. A ação de fortalecimento de vínculos está presente em vários serviços de ambas as proteções, podendo destacar a Proteção Social Básica, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF). Esse serviço consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, e tem por finalidade fortalecer a função protetiva das famílias de modo a prevenir a ruptura dos vínculos promovendo, assim, seu acesso e usufruto de direitos. Esse serviço é ofertado pelo Centro de Referência da Assistência So-

cial (CRAS), unidade pública, estatal, de base local, responsável por coordenar e executar os serviços da proteção social básica nos territórios vulneráveis da cidade. O Governo Federal cofinancia essas ações, mas os municípios também devem prever recursos em seus orçamentos.

O Governo Federal realiza, ainda, a transferência de renda, por meio do Programa Bolsa Família, às famílias devidamente cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Esses recursos são repassados diretamente às famílias. Por isso, o fundamental é ficar atento para saber se todas as famílias com perfil para receber a bolsa estão cadastradas. Importante lembrar que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, nenhuma criança pode ser afastada de sua família por motivo de pobreza. Nesses casos, é preciso apoiar a família e dar condições para que ela crie dignamente seus filhos.

# SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA OFERTADOS NO CRAS

A Resolução de número 109, de 11 de novembro de 2009, tipifica todos os serviços da assistência social em âmbito federal. No CRAS, temos:

- 1 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).
- 2 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
- 3 Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoa com Deficiência e Idosos.

Para saber mais: www.mds.gov.br

O programa Projovem Adolescente, do Governo Federal, tem o objetivo de complementar as ações de proteção básica à família e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Ele é voltado à população de 15 a 17 anos e é desenvolvido no âmbito da Assistência Social, sendo operados nos CRAS. Para implantar o Projovem Adolescente, o município deve estar habilitado nos níveis de gestão básica ou plena do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), possuir CRAS em funcionamento e apresentar demanda mínima de 40 jovens de 15 a 17 anos. Para participar, os jovens devem atender a um dos requisitos abaixo:

- Pertencentes às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.
- Egressos de medidas de internação ou em cumprimento de outras medidas em meio aberto.
- Em cumprimento ou egressos de medidas de proteção.
- Egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
- Egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual.

## Atendimento a direitos violados

A Proteção Social Especial se divide em média e alta complexidade. Reúne um conjunto de serviços dedicados à atenção sócio-assistencial a famílias e indivíduos em situação de risco ou que tiveram seus direitos violados. Inclui a atenção a crianças e adolescentes em situação de trabalho irregular; adolescentes em medida socioeducativa; crianças e adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual; crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, migrantes, usuários de substâncias psicoativas e outros indivíduos em situação de abandono; e famílias com presença de formas de negligência, maus tratos e violência.

Quando os vínculos familiares não precisam ser rompidos, o atendimento a esse indivíduo deve ser realizado no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Quando o afastamento da família é necessário,

é preciso haver uma rede de suporte no município para o acolhimento dessa criança ou adolescente. Mesmo que ainda não haja no município a estrutura de um CREAS ou de uma rede de acolhimento, é fundamental oferecer condições para o enfrentamento dessas violações. O Governo Federal cofinancia ações nesse sentido, mas também é papel do município investir recursos próprios.

## SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

#### Média complexidade - ofertado no Creas

- 1 Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Individuos (PAEFI).
- 2 Serviço Especializado em Abordagem Social.
- 3 Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).
- 3 Serviço de Proteção Social Especial para Pessoa com Deficiência, idosas (os) e suas famílias.
- 4 Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua.

#### Alta complexidade

- 1 Serviço de Acolhimento Institucional nas modalidades abrigo institucional, Casa-lar, Casa de Passagem e Residência Inclusiva.
- 2 Serviço de Acolhimento em República.
- 3 Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.
- 4 Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergência.

# O QUE MAPEAR

	Existe	Existe CRAS no município?							
	( ) S	Sim	(	) Não	Quantos?				
	Onde	está	loca	alizado?					
	Fssal	Essa localização atende a demanda da população?							
74	( ) S		-	) Não	ie a demanda da população.				
			•	•	rural consegue ir ao CRAS?				
				) Não	arai consegue ii do civio.				
				•	alham no CRAS?				
	Quan	ius pi	C33(	ods trabe	andin no cross.				
	0 1			~ .	<i>(</i> , , , , , )				
	Qual	a torn	naç	ao dos p	profissionais?				
	Quais	servi	iços	são ofe	recidos no CRAS?				
	Quais	servi	iços	ainda n	ão são oferecidos no CRAS?				
	Existem comunidades tradicionais no município (quilombolas, indígenas)?								
				) Não	tradicionals no municipio (quilombolas, maigenas):				
	( ) S		•						
					a comunidade?				
			•	) Não					
	Existe	Existe o programa Projovem Adolescente?							
	( ) S	Sim	(	) Não	Quantos são atendidos?				

75	۸
15	7

Existe CREAS no município?	
( ) Sim ( ) Não Quantos?	
Onde está localizado?	
Essa localização atende a demanda da população?	
( ) Sim ( ) Não	
A população da zona rural consegue ir ao CREAS?	
( ) Sim ( ) Não	
Quantas pessoas trabalham no CREAS?	
Qual a formação dos profissionais?	
Quai a formação dos profissionais:	
O the transfer of the CDEAC	
Quais serviços são oferecidos no CREAS?	
Quais serviços ainda não são oferecidos no CREAS?	

enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual exige um comprometimento daqueles que fazem parte do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Todos devem estar envolvidos, de forma articulada e integrada, com esse esforço: educação, saúde, assistência social, cultura.

O serviço relacionado ao enfrentamento da violência aparece claramente, hoje, na política de assistência social. O Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas famílias integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e é realizado no âmbito do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). O município que comprovar a incidência dessas situações poderá receber recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a título de cofinanciamento, para a construção de CREAS e para a implementação das ações de proteção. O Governo Federal também desenvolve o programa Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR).

## Violência

O ECA garante o direito de crianças e adolescentes à integridade física, moral e psicológica. No entanto, ainda é comum ver meninos e meninas serem vítimas de variadas formas de violência. Trata-se de um problema que se faz presente em diversos ambientes, como escola, família, locais de trabalho e instituições para o cumprimento de medidas socioeducativas.

Com diferentes formas e intensidades, considera-se violência tudo o que possa ameaçar a integridade de crianças e adolescentes. Isso englobaria desde punições físicas praticadas pelos pais até agressões sofridas por outras crianças, educadores ou qualquer adulto. Vale lembrar que atitudes para amedrontar meninos e meninas, causando neles sofrimento psicológico, também podem ser consideradas violências. Um dos tipos de

violência contra a infância mais preocupantes é a de caráter sexual, que ocorre em duas formas: o abuso e a exploração sexual.

## Abuso e exploração sexual

Para enfrentar essa grave forma de violência, o primeiro passo é compreender a diferença entre o abuso e a exploração sexual. A exploração envolve finalidades comerciais, enquanto o abuso não. Na maior parte das vezes o abuso é cometido por pessoas próximas à criança, o que torna a identificação e a responsabilização grandes desafios.

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes defende a necessidade de investir em prevenção, com o empoderamento das próprias crianças e adolescentes. Dentre as ações do Plano, destacam-se: promover o comprometimento da sociedade civil no enfrentamento da violência sexual; garantir atendimento prioritário, multiprofissional e especializado para crianças e adolescentes em situação de violência sexual; capacitar os profissionais das áreas de defesa e responsabilização; e incluir, prioritariamente, crianças e adolescentes em situação de violência sexual e suas famílias nos programas de saúde, educação, renda mínima, erradicação de trabalho infantil, dentre outros.

#### SAIBA MAIS

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes pode ser acessado no site www.comitenacional.org. br. Clique em "Quem Somos", no menu superior. Na aba que abrirá, clique em "O Brasil tem um plano nacional". Para saber mais sobre o PAIR, acesse http://pair.ledes.net/.

# O QUE MAPEAR

Indique o caminho percorrido por uma criança ou adolescente vítima de violência no município. Liste todas as instituições por onde a vítima passa na ordem do atendimento. Informe também a formação do profissional diretamente envolvido no atendimento. Veja o exemplo:

	Local: HOSPITAL Profissional: ENFERMEIRA	
1-Local:	2-Local:	3-Local:
Profissional:	Profissional:	Profissional:
4-Local:	5-Local:	6-Local:
Profissional:	Profissional:	Profissional:
Quais os canais de der Tutelar, Delegacia, etc	núncia mais utilizados (disc c)?	que denúncia, Conselho

	т.
_	4
	_

É realizada formação permanente dos profissionais da rede de atendimen-					
to a crianças e adolescentes vítimas de violência?					
( ) Sim ( ) Não					
Se sim, indique os temas trabalhados e a periodicidade.					
Se sim, marque es terras trabamados e a periodicidade.					
<del>-</del>					
É oferecido acompanhamento psicológico às vítimas?					
( ) Sim ( ) Não					
Se sim, onde esse acompanhamento é realizado?					
É oferecido acompanhamento psicológico às famílias?					
( ) Sim ( ) Não					
É oferecido acompanhamento psicológico aos agressores?					
( ) Sim ( ) Não					
Existe hospital de referência para atendimento das vítimas de violência sexual?					
( ) Sim ( ) Não					
Indique nome e local:					
·					
Quantos casos foram registrados no último ano de:					
Violência como um todo contra crianças e adolescentes					
Abuso sexual de crianças e adolescentes					
Exploração sexual de crianças e adolescentes					

Os agressores de crianças e adolescentes são responsabilizados? No último ano, quantos foram julgados?
São realizadas campanhas de incentivo à denúncia e à prevenção à vio- lência, em especial ao abuso e à exploração sexual?
( ) Sim ( ) Não
Se sim, como são as campanhas? Com que frequência são realizadas?
Quais os temas tratados?
Participa do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrenta- mento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (PAIR)?
( ) Sim ( ) Não
Se sim, que atividades são desenvolvidas?

## TRABALHO INFANTIL

Constituição Federal proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos. Entre 14 e 16 anos, o adolescente só pode trabalhar na condição de aprendiz, segundo os preceitos da Lei 10.097/2000. O Estatuto da Criança e do Adolescente determina que toda criança e todo adolescente têm direito ao desenvolvimento saudável, o que significa poder se dedicar aos estudos, à formação profissional regularizada e ao lazer.

Muitas crianças e adolescentes, entretanto, ainda são vítimas dessa exploração. O enfrentamento a essa violência é uma das áreas de atuação da Assistência Social, por meio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). São duas as ações que devem acontecer de forma articulada: o Serviço Socioeducativo ofertado para as crianças e adolescentes afastadas do trabalho precoce e a Transferência de Renda para suas famílias por meio do PETI.

O Governo Federal cofinancia a manutenção do Serviço Socioeducativo por meio de repasses do Fundo Nacional da Assistência Social para os Fundos Municipais com base em um valor per capita. Todos os municípios podem ter acesso ao Programa. Cabe às secretarias municipais realizar o cadastramento das famílias, crianças e adolescentes no CadÚnico. Mas é papel do município ofertar o Serviço Socioeducativo, ou seja, as atividades que devem ser realizadas no horário alternativo ao da escola.

## Piores formas de trabalho infantil

O decreto número 6.481, de 12 de junho de 2008, traz uma lista de situações em que é proibido o trabalho a qualquer criança ou adolescente com menos de 18 anos. Chamamos a atenção para algumas atividades econômicas que são proibidas pelo decreto e nas quais se encontra um número significativo de crianças e adolescente trabalhando:

Item 58 - Construção civil e pesada, incluindo construção, restauração, reforma e demolição.

Item 59 - Em borracharias ou locais onde sejam feitos recapeamento ou recauchutagem de pneus.

Item 72 - Em serviços externos, que impliquem em manuseio e porte de valores que coloquem em risco a sua segurança (Office-boys, mensageiros, contínuos).

Item 73 - Em ruas e outros logradouros públicos (comércio ambulante, guardador de carros, guardas mirins, guias turísticos, transporte de pessoas ou animais, entre outros).

Item 74 - Em artesanato.

Item 76 - Domésticos.

A lista completa das piores formas de trabalho infantil relaciona 93 atividade econômicas e/ou locais proibidos para jovens com menos de 18 anos.

#### **SAIBA MAIS**

No site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (www.mds.gov.br) é possível obter informações sobre o PETI. No site do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil — www.fnpeti.org.br — é possível encontrar a lista das piores formas de trabalho infantil, decreto n° 6.481, de junho de 2008. No menu principal, clique em "Legislação". No site do Ministério do Trabalho e Emprego (www.mte.gov.br) acesse: "Inspeção do Trabalho"; "Combate ao Trabalho Infantil"; "Legislação". Você encontrará toda a legislação protetiva ao trabalho do adolescente, inclusive a Aprendizagem.

## O QUE MAPEAR

Quais atividades envolvem a exploração do trabalho de crianças e a centes com até 18 anos no município?  ( ) Trabalho doméstico   ( ) Lavoura   ( ) Bares   ( ) Nas ru ( ) Guarda-mirim   ( ) Construção civil Listar outros:  O município desenvolve o PETI?  ( ) Sim ( ) Não Se sim, quantos são atendidos atualmente?  Seria necessário ampliar o atendimento do Programa?  ( ) Sim ( ) Não. Se sim, em quanto?  O município oferece atividades de contraturno (horário alternativo de escola) para as crianças e os adolescentes encontrados em situação trabalho infantil ou afastadas dessa situação?  ( ) Sim ( ) Não.  Se sim, quais atividades são oferecidas?	~		olescentes com idade entre 12 e 16 anos traball no último ano?
( ) Guarda-mirim   ( ) Construção civil Listar outros:  O município desenvolve o PETI?  ( ) Sim ( ) Não Se sim, quantos são atendidos atualmente?  Seria necessário ampliar o atendimento do Programa?  ( ) Sim ( ) Não. Se sim, em quanto?  O município oferece atividades de contraturno (horário alternativo de escola) para as crianças e os adolescentes encontrados em situaçã trabalho infantil ou afastadas dessa situação?  ( ) Sim ( ) Não.	-		
( ) Sim ( ) Não  Se sim, quantos são atendidos atualmente?	( ) Guard	da-mirim   (	·
( ) Sim ( ) Não  Se sim, quantos são atendidos atualmente?			
Se sim, quantos são atendidos atualmente?	O municíp	io desenvolv	e o PETI?
( ) Sim ( ) Não. Se sim, em quanto? O município oferece atividades de contraturno (horário alternativo c escola) para as crianças e os adolescentes encontrados em situaçã trabalho infantil ou afastadas dessa situação? ( ) Sim ( ) Não.	` '	` ,	tendidos atualmente?
O município oferece atividades de contraturno (horário alternativo descola) para as crianças e os adolescentes encontrados em situaçã trabalho infantil ou afastadas dessa situação?  ( ) Sim ( ) Não.	Seria nece	ssário ampli	ar o atendimento do Programa?
escola) para as crianças e os adolescentes encontrados em situaçã trabalho infantil ou afastadas dessa situação?  ( ) Sim ( ) Não.	( ) Sim	( ) Não.	Se sim, em quanto?
	escola) pa	ra as crianço	as e os adolescentes encontrados em situação
Se sim, quais atividades são oferecidas?	( ) Sim	( ) Não.	
	Se sim, qu	ais atividade	es são oferecidas?
	·		

8

Como são atendidos crianças e adolescentes encontrados em situação de trabalho infantil? Liste todas as instituições por onde passa a criança e o adolescente. Informe também a formação do profissional diretamente envolvido no atendimento. Veja o exemplo:

MINISTÉRIO PÚBLICO

Local:

	Profissional: ASSISTENTE SOCI	AL
11	21,000	3-Local:
1-Local:	2-Local:	3-Local: 
Profissional:	Profissional:	Profissional:
4-Local:	5-Local:	6-Local:
Profissional:	Profissional:	Profissional:
naique outras intorn	nações relevantes sobre es	sse caminno:

São realizadas campanhas de incentivo à denúncia e à prevenção do trabalho infantil? Se sim, informe o que é feito e onde é realizado. ( ) Dever de casa | ( ) Esporte | ( ) Cultura | ( ) Leitura ( ) Informática | ( ) Artes 86 As famílias das crianças e adolescentes encontradas em situação de trabalho infantil participam de programa de transferência de renda? ( ) Sim ( ) Não Especifique o programa: Anotações

87	Anotações						
87							
					87		
					<del></del>		

## MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

O Estatuto da Criança e do Adolescente determina que os adolescentes que cometem ato infracional podem receber seis medidas: Advertência, Obrigação de Reparar o Dano, Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Liberdade Assistida (LA), Semiliberdade e Internação. Os procedimentos em relação à execução das medidas aplicadas aos adolescentes que cometem ato infracional são detalhados pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). O Sinase, aprovado pela Resolução 119 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), é um documento que traça os parâmetros para a execução das medidas socioeducativas. Essa Resolução institui o Sinase como uma política pública, "um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo", com diretrizes específicas para as instituições e profissionais que executam medidas socioeducativas. De acordo com o Sinase, a execução das medidas em meio aberto – PSC e LA – é de responsabilidade dos municípios.

As prefeituras podem contar com apoio financeiro dos estados e do governo federal, mas devem construir a política e investir recursos nas ações. O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e, de acordo com o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), deve estar apoiado no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).

É importante destacar que a ausência das medidas de meio aberto tem resultados preocupantes: o adolescente é privado de seu direito de ser responsabilizado de acordo com a gravidade de seu ato e com as condições de cumprimento da medida socioeducativa e de, com isso, ter a oportunidade de reorientar sua conduta. Além disso, alguns adolescentes acabam recebendo medidas desproporcionais ao seu ato, sendo privados de liberdade, o que implica o afastamento da convivência comunitária.

A responsabilização do adolescente que comete um ato infracional deve se basear na ação sociopedagógica, considerando-se sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. A partir desse princípio deve, de um lado, focarse no processo de responsabilização do adolescente e, por outro, assegurar a atenção aos direitos fundamentais estabelecidos pelo ECA. Para lidar com a peculiaridade desse serviço, é necessário que o município promova ações de formação continuada para as equipes técnicas e orientadores sociais que atuam na execução das medidas.

Para contemplar a proteção integral ao adolescente, a política municipal de atendimento socioeducativo não deve se resumir à execução das medidas (Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade). Deve, antes, promover a articulação e interlocução entre as políticas setoriais — Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Esportes e Lazer, propondo ações coordenadas e garantindo o acesso desse público aos serviços.

#### SAIBA MAIS

O Sinase pode ser consultado no site www.promenino.org.br. No menu à esquerda, clique em "Adolescentes em conflito com a lei". Na página que se abrirá clique em "Sinase".

## Plano Municipal

Um dispositivo previsto no Sinase que contribui para a integração da rede de atendimento ao adolescente em conflito com a lei no município é a formulação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, que deve ser coordenado pelo executivo municipal e contar com participação ampliada e, sobretudo, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Para a construção do Plano, é preciso conhecer o perfil do envolvimento de adolescentes na prática de atos infracionais no município. Para acesso a informações, é necessário estabelecer articulação com o Sistema de Justiça (Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícias Civil e Militar), responsável pelo atendimento inicial do adolescente que comete atos infracionais. No caso das medidas em meio aberto, o mapeamento da rede social de serviços e programas, bem como dos locais de circulação e usos que o adolescente faz da cidade, também é fundamental.

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

- Um técnico para cada vinte adolescentes.
- Nos locais de prestação de serviço:
  - Um referência socioeducativo (profissional de nível superior ou com função de gerência ou coordenação nos locais de prestação de serviços comunitárias) para cada 10 adolescentes;
  - Um orientador para até dois adolescentes;
  - Guia socioeducativo: profissional do local de prestação de PSC diretamente ligado ao exercício da atividade realizada pelos adolescentes.

#### LIBERDADE ASSISTIDA

- Liberdade Assistida Comunitária: cada técnico terá sob seu acompanhamento o máximo de 20 orientadores comunitários e cada orientador comunitário acompanhará até dois adolescentes simultaneamente.
- Liberdade Assistida Institucional (quando os técnicos contratados pela instituição executora é que fazem diretamente o acompanhamento dos adolescentes): cada técnico acompanhará, simultaneamente, no máximo 20 adolescentes.

# O QUE MAPEAR

0 mun	icípio possui Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo?
( ) Si	m ( )Não
São red	alizadas campanhas preventivas?
	m ( )Não
` ,	, o que é realizado?
<b>3</b> 0 3,	, 0 que e realizado.
No últi municí	mo ano, quantos adolescentes cometeram atos infracionais no
munici	pio:
<u> </u>	
Quais	os atos infracionais mais frequentes?
Quais (	os atos infracionais mais frequentes?
Quais	os atos infracionais mais frequentes?
Quais (	os atos infracionais mais frequentes?
Quais (	os atos infracionais mais frequentes?
Quais (	os atos infracionais mais frequentes?
O mun	os atos infracionais mais frequentes?  iicípio conta com equipes para acompanhar as medidas de me de Prestação de Serviços à Comunidade?
O mun aberto	icípio conta com equipes para acompanhar as medidas de me
O mun aberto ( ) Sii	nicípio conta com equipes para acompanhar as medidas de me de Prestação de Serviços à Comunidade? m ( ) Não
O mun aberto ( ) Sii	nicípio conta com equipes para acompanhar as medidas de me de Prestação de Serviços à Comunidade? m ( ) Não as pessoas compõem essa equipe e qual a formação de cac
O mun aberto ( ) Sii	nicípio conta com equipes para acompanhar as medidas de me de Prestação de Serviços à Comunidade? m ( ) Não as pessoas compõem essa equipe e qual a formação de cac
O mun aberto ( ) Sii	nicípio conta com equipes para acompanhar as medidas de me de Prestação de Serviços à Comunidade? m ( ) Não as pessoas compõem essa equipe e qual a formação de cac
O mun aberto ( ) Sii	nicípio conta com equipes para acompanhar as medidas de me de Prestação de Serviços à Comunidade? m ( ) Não as pessoas compõem essa equipe e qual a formação de cac
O mun aberto ( ) Sii	nicípio conta com equipes para acompanhar as medidas de me de Prestação de Serviços à Comunidade? m ( ) Não as pessoas compõem essa equipe e qual a formação de cac
O mun aberto ( ) Sii	nicípio conta com equipes para acompanhar as medidas de me de Prestação de Serviços à Comunidade? m ( ) Não as pessoas compõem essa equipe e qual a formação de cac

93	
	$\mathcal{I}$

O município conta com equipes para acompanhar as medidas de meio aberto de Liberdade Assistida?
( ) Sim ( ) Não
Quantas pessoas compõem essa equipe e qual a formação de cada uma delas?
São realizadas formações para essas equipes?
( ) Sim ( ) Não
Com que frequência?
Quais os temas trabalhados?
O que é feito quando um adolescente comete um ato infracional? Indique todas as etapas:
1
2
3

Se o juiz determina a Prestação de Serviços à Comunidade, indique:

O que precisa avançar na oferta da Liberdade Assistida?
Há atendimento dos adolescentes em cumprimento de medida de meio aberto no Creas?
( ) Sim ( ) Não ( ) Não existe Creas no município.
Quando o juiz determina internação, para onde o adolescente é encami- nhado?
Há registro de reincidências? Qual a porcentagem de adolescentes voltam
a cometer ato infracional?
Na integração do adolescente às demais áreas, como educação, saúde,
profissionalização, quais os principais desafios? Quais áreas precisam ser
mais sensibilizadas para essa atuação articulada?

## CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

s leis e regulamentações são claras quanto à importância da convivência familiar e comunitária. Todos os esforços devem ser sempre voltados para o fortalecimento dos vínculos e a manutenção de crianças e adolescentes junto a suas famílias e a seus grupos de convivência. O trabalho preventivo tem lugar, hoje, na Proteção Básica da Assistência Social.

Evidentemente, haverá casos em que o afastamento será necessário. E para tais situações há regras muito claras. Essas diretrizes são especificadas no documento Orientações técnicas: serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, uma resolução conjunta aprovada em 2009 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e pelo Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS). O documento especifica as condições de funcionamento dos serviços de acolhimento: abrigos, casas-lares e família acolhedora.

Esse documento chama atenção para a necessidade de se romper com a cultura de encaminhar meninos e meninas para instituições e destaca outras possibilidades de atendimento, como o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. Além disso, determina que meninos e meninas em situação de acolhimento não podem ser privados do convívio comunitário. Enquanto permanece o acolhimento, devem ir à escola, ao médico, a passeios, como todas as outras crianças. E devem, sobretudo, ter respeitada sua individualidade.

É papel do município a execução e o monitoramento dos serviços de acolhimento. Mas isso não isenta as outras esferas de responsabilidades. Como explicitado no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, municípios, estado e união devem cofinanciar as políticas de acolhimento.

De acordo com o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), os serviços de acolhimento integram a Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Esses serviços são cofinanciados pelo Governo Federal por meio de pisos

fixos de transferência de recursos. O Piso de Alta Complexidade I financia serviços prestados pelas unidades de acolhimento a crianças, adolescentes, idosos e demais cidadãos em situação de risco.

## O que dizem as orientações técnicas

O tempo de permanência de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento deverá ser de, no máximo, dois anos. Durante esse período, todos os esforços devem ser feitos para possibilitar o retorno da criança ou do adolescente, que deve ter sua situação avaliada a cada seis meses. A escolha do serviço de acolhimento deve se dar com base em um estudo diagnóstico. Logo que a criança chegue ao serviço de acolhimento, deve ser elaborado o Plano de Atendimento Individual e Familiar, no qual constem objetivos, estratégias e ações a serem desenvolvidos tendo em vista a superação dos motivos que levaram ao afastamento do convívio.

A regulamentação também orienta que o acompanhamento da situação familiar seja iniciado imediatamente após o acolhimento. O caso de todas aquelas crianças e adolescentes já acolhidos deve também ser revisto, de modo a garantir que todos estejam em acompanhamento. Também ressalta que as crianças e adolescentes em medidas de proteção devem ter garan-

#### SAIBA MAIS

O documento "Orientações técnicas: serviços de acolhimento de crianças e adolescentes" pode ser consultado no site www.direitosdacrianca.org.br. Na lista de opções que aparece do lado esquerdo, clique em "Acolhimento".

A resolução apresenta ainda os parâmetros de funcionamento por modalidades de acolhimento. Em relação aos abrigos, aponta, por exemplo, que não devem atender a mais de 20 crianças e adolescentes, precisam ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inseridos em áreas residenciais. Devem evitar também atendimentos exclusivos por faixas etárias e sexo. A resolução estabelece ainda as equipes mínimas em cada modalidade. No caso de municípios de pequeno porte (até 50.000 habitantes), abre a possibilidade de compartilhamento de equipes, mas destaca que o ambiente de acolhimento deve estar sediado em cada um dos municípios.

### FAMÍLIA ACOLHEDORA

Por meio do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, crianças e adolescentes são acolhidos por outras famílias até que seja possível a reintegração familiar ou, na sua total impossibilidade, o encaminhamento para adoção. A proposta é garantir atenção individualizada aos meninos e meninas e investir na atenção à família de origem. Mas é preciso ter amparo legal — o programa precisa estar inscrito no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e uma portaria regulamentando o atendimento deve ser publicada pela Comarca da região. É necessária uma equipe técnica para acompanhar tanto a família acolhedora quanto a família de origem para garantir que os objetivos sejam atingidos.

Anotações		

# O QUE MAPEAR

Quantos foram afastados por ordem jur Quais as principais causas dos afasta	
Quais as principais causas dos afasta	. 3
	mentosz
	TICHOO.
quados, o que é feito?	
Existe no município uma equipe para	acompanhar os casos?
Existe no município uma equipe para ( ) Sim ( ) Não Se sim, quais profissionais integram e	

Se não, quem é responsável pelo atendimento?
Quando o afastamento dos responsáveis legais é necessário, o que é realizado para manter os vínculos da criança ou adolescente com a família extensa, com os membros de sua rede de afinidades e com a família nuclear (pai, mãe e irmãos), quando não há impedimento legal?
Que ações são desenvolvidas para fortalecer as famílias que tiveram suas crianças e adolescentes afastados?

# INSTITUIÇÕES QUE EXECUTAM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO

,	(um questionário por ins	tituição)						
	( ) Pública ( ) Conveniada ( ) Sem conveniamento							
	Quantas crianças e adolescentes estão acolhidos?							
	Qual a capacidade máxima do local?							
	Todos os acolhidos foram encaminhados pelo juiz?							
02	2 ( ) Sim ( ) Não  Quantos não possuem documento expedido pelo juiz determinando acolhimento?							
	O local acolhe meninos e me	<mark>ninas?</mark> ( ) Sim	n ( )Não					
	Qual a idade das crianças e o centes acolhidos?	adoles-						
	Em média, quanto tempo as	crianças ficam ad	colhidas na instituição?					
	Atribua nota de 0 a 3 para as condições dos seguintes itens:							
	(0) Não existe   (1) É totalme	(0) Não existe   (1) É totalmente inadequado (comente)						
	(2) Atende, mas precisa melh	norar (comente)	(3) Adequado					
	EQUIPAMENTO	NOTA	COMENTÁRIO					
	Espaço para estudos							
	Áreas de lazer							
	Espaço para esportes							
	Espaço para refeições							
	Cozinha							
	Banheiros para adultos							
	Banheiros para crianças							

1	03

Quantas crianças dividem o mesmo quarto?
Todos possuem cama?
( ) Sim ( ) Não
As crianças possuem espaço para guardar seus pertences?
( ) Sim ( ) Não
As crianças e adolescentes acolhidos frequentam a escola do bairro?
( ) Sim ( ) Não
Se não, onde estudam?
As crianças e adolescentes acolhidos recebem atendimento médico no posto de saúde do bairro?
( ) Sim ( ) Não
Se não, onde é realizado o atendimento?
Se hab, onde e redizado o diendiniento:
As crianças e adolescentes utilizam os espaços de lazer da cidade?
( ) Sim ( ) Não.
( ) 51111 ( ) 1400.
O que é feito para manter os vínculos da criança ou adolescente com
sua família nuclear (pai, mãe e irmãos), família extensa e com os membros de sua rede de afinidades, quando não há impedimento legal?
bios de sua rede de diffiladaes, quando não na impedimento legal:

# SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

(re	spona	ier c	aso exi	sta no mu	nicipio)				
0	municíp	oio d	esenvolv	e programa	de famílic	acolhed	ora?		
(	) Sim	(	) Não						
0	progran	na p	ossui aut	orização do	juiz da co	omarca?			
(	) Sim	(	) Não						
0	progran	na e	stá inscri	to no CMD(	CA?				
(	) Sim	(	) Não						
Ex	iste um	a eq	uipe técr	ica para aco	ompanha	mento do	Progran	ma?	
(	) Sim	(	) Não						
Qı	ue profis	ssion	ais comp	õem essa e	quipe?				
Qı	uantas f	famíli	as estão	cadastradas	s para rec	eber criar	nças e ac	dolescente	s?
$\bigcirc$		المسماا	+~-	م مالمورما م		مطماممم		.+	<b>.</b>
Ųι	jantas i	amiii	as estao	acolhendo d	trianças e	adolesce	entes nes	ite momer	lo:
<u> </u>		f.,, -,			:			مراله م ما مرد	
C	om que	Trequ	iencia sc	o realizadas	reunioes	com a to	amilia ac	coineaora:	
_									
Cd	om que	frequ	uência sĉ	io realizadas	s reuniões	com a fo	amília de	origem?	
_									
			ções real às suas f	izadas para	garantir	o retorno	das cria	nças e do:	5
aa	lolescer	nes	us suas i	ımıllas:					

## **DOCUMENTOS CONSULTADOS**

BRASIL. Constituição Federal, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069, de 1990.

BRASIL. **Parâmetros de Funcionamento dos Conselhos Tutelares**, Resolução 75, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), de outubro de 2001.

BRASIL. **Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS-SUS)**, Portaria MS/GM n.° 373, de fevereiro de 2002.

BRASIL. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 — Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto, Portaria n.º 339, de fevereiro de 2006.

BRASIL. **Regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS)**, Portaria MS 2.048, de setembro de 2009.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico**, Lei n.º 11.445, de janeiro de 2007.

BRASIL. **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania**, Lei n.° 11.530, de outubro de 2007.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Plano Nacional de Educação, Lei n.º 10.172, de janeiro de 2001.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 59, de novembro de 2009.

BRASIL. **Programa Nacional de Apoio à Cultura**, Lei n.º 8.313, de dezembro de 1991.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**, Resolução n.º 119, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, de dezembro de 2006.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília: Conanda/CNAS, dezembro de 2006.

BRASIL. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e

**Adolescentes**. Resolução Conjunta número 1, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Nacional de Assistência Social, de junho de 2009.

BRASIL. **Lei n.º 10.097**, de dezembro de 2000 (Estabelece diretrizes para a aprendizagem).

BRASIL. **Regulamenta a contratação de aprendizes**, Decreto n°. 5.598, de dezembro de 2005.

BRASIL. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. 3 ed. Brasília: SEDH/DCA, 2002.

BRASIL. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2004.

BRASIL. Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, Decreto n°. 6.481, de junho de 2008.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução n°. 109, de novembro de 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, MDS: setembro de 2004.

**Convenção sobre os Direitos da Criança.** Organização das Nações Unidas: 1989.

Orçamento público: orientações para incidir em políticas públicas / Texto Instituto Caliandra. 2.ed. — Belo Horizonte : Oficina de Imagens, 2009.

Legislativo: orientações para incidir em políticas públicas / Texto Instituto Ágora. 2.ed. — Belo Horizonte: Oficina de Imagens, 2009. Comunicação e mobilização social: orientações para incidir em políticas públicas / Texto ANDI/Oficina de Imagens. 2.ed. — Belo Horizonte: Oficina de Imagens, 2009.

## **Sites**

www.presidencia.gov.br/estrutura\_presidencia/sedh/conselho/conanda/

www.direitosdacrianca.org.br

www.saude.gov.br

www.mma.gov.br

www.mec.gov.br

www.mds.gov.br

www.mas.gov.bi

108

www.cultura.gov.br

www.esporte.gov.br

www.juventude.gov.br

www.mds.gov.br/cnas

www.promenino.org.br

www.comitenacional.org.br

www.fnpeti.org.br

www.renade.org.br

www.conae.mec.gov.br

www.fnde.gov.br

www.mte.gov.br

www.ilanud.org.br

